

## Licitação

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL A SER UTILIZADO NO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE PARANAÍTA/MT.

**LICITAÇÃO Nº:** 00000000006/2022

**MODALIDADE:** Pregão presencial (Bens e serviços comuns)

**MUNICÍPIO:** PARANAÍTA

**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** 09/02/2022

**ABERTURA PROPOSTAS:** 01/02/2022

**LIMITE P/ RECEBIMENTO PROPOSTAS:** 01/02/2022

## Histórico de Situação

**HOMOLOGADA** em 09/02/2022



## Itens

**• OLEO COMBUSTÍVEL - DIESEL, S-10**

Quantidade: 259300 por R\$ 6,74 = R\$ 1.747.682,00

*PARTICIPANTES:* CODEPAR COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA ✨, AUTO POSTO ZANETTE LTDA - ME, G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

**• OLEO COMBUSTÍVEL - DIESEL, COMUM**

Quantidade: 457100 por R\$ 6,63 = R\$ 3.030.573,00

*PARTICIPANTES:* AUTO POSTO ZANETTE LTDA - ME ✨, CODEPAR COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

**• GASOLINA - AUTOMOTIVA, COMUM (C), DE ACORDO COM PORTARIA TECNICA VIGENTE DA AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO**

Quantidade: 72300 por R\$ 7,15 = R\$ 516.945,00

*PARTICIPANTES:* G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP ✨, AUTO POSTO ZANETTE LTDA - ME, CODEPAR COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 31/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 513/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. José Guedes de Sousa, inscrito no CPF sob nº 142.993.052-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa **Posto de Combustível Forte LTDA CNPJ: 07.646.667/0001-05**, Endereço: av. Keller Esquina c/Av. Dom Bosco S/N Centro - CEP: 78.3338-000 Rondolândia-MT, representado pela Srª, Talita Monteiro CPF: 043.740.561-30 e RG de Nº 22106154 SSP/RO, Proprietária da empresa, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 21/2023 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/ 09/ 2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

**1.1 - Contratação mediante sistema de REGISTRO DE PREÇOS (por Item), para futura e eventual Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível Diesel Comum, Diesel S-10, Gasolina Comum e Gasolina Aditivada para atender as Necessidades das Secretarias Municipais**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referência.

### CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

**2.1 - A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão nº 21/2023.**

**2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 21/2023 e seus anexos.**

### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

**3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:**

Detentora da ARP:

Nome: Posto de Combustível Forte LTDA

CNPJ Nº: 07.646.667/0001-05

Endereço: av. Keller Esquina c/Av. Dom Bosco S/N Bairro: Centro

Cidade/Estado: Rondolândia-MT

CEP: 78.338-000

Telefone: 69 – 98433-1290

E-mail: TALITAMONTEIRO15@HOTMAIL.COM

Representante Legal: Talita Monteiro

CPF Nº: 043.740.561-30 e RG de Nº 22106154 SSP/RO

**3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

**Fornecedor: Posto de Combustível Forte LTDA CNPJ:07.646.667/0001-05**

**LOTE 01 - COTA PRINCIPAL**

Item	Cód. TCE	UND	Quant.	MARCA	Especificação	Valor unt	Valor total
01	142931-0	LTS	76.200	PETROBRAS	GASOLINA COMUM	R\$: 6,99	R\$: 535.638,00
02	0000758	LTS	414.500	PETROBRAS	OLEO COMBUSTIVEL - DÍESEL S10	R\$: 6,89	R\$: 2.855.905,00
03	50028-3	LTS	57.200	PETROBRAS	OLEO DÍESEL COMUM	R\$: 6,80	R\$: 388.960,00
							<b>R\$: 3.777.503,00</b>

Fornecedor: Posto de Combustível Forte LTDA CNPJ:07.646.667/0001-05

**COTA RESERVADO PARA EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

Item	UND	COD. TCE	Quant.	MARCA	Especificação	Valor Unt.	Valor Total
01	LTS	142931-0	11.000	PETROBRAS	GASOLINA COMUM	R\$: 6,99	R\$: 76.890,00
02	LTS	0000758	11.500	PETROBRAS	OLEO COMBUSTIVEL - DÍESEL S10	R\$: 6,89	R\$: 79.235,00
03	LTS	50028-3	11.200	PETROBRAS	OLEO DÍESEL COMUM	R\$: 6,80	R\$: 76.160,00
<b>Valor Total</b>							<b>R\$: 232.285,00</b>

Nome:

CNPJ N°:

Endereço:



Cidade/Estado:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Representante Legal:

CPF Nº:

**3.3 - Detentora reserva da ARP:**

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

**3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R\$: 4.009,788,00 (quatro milhões nove mil setecentos e oitenta e oito reais).**

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar a prestação dos serviços objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão nº 21/2023.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a prestação dos serviços, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 - Executar os serviços em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

**4.9** - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente à contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

**4.10** - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

**4.11** - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

**4.12** - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

**4.13** - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**4.14** - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

**4.16** - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

**17** - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1** - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

**5.2** - Emitir as Autorizações e ou ordem de serviço para com a realização dos mesmos.

**5.3** - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

**5.4** - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

**5.5** - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto à Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

**5.6** - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

**5.7** - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão nº 21/2023.

**5.8** - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

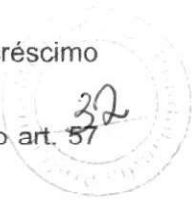
**6.1** - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por 12 (**doze**) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**7.1** - O gerenciamento desta ATA caberá ao Gabinete do Prefeito, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

**7.2** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**7.3** - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.



**7.4** - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**7.5** - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 “§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços”.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**8.1** - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/2013.

**8.2** - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

**8.3** - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**8.4** - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão nº 21/2023

, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

#### **CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1** – Realizado o fornecimento e ou a prestação dos serviços, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**9.2** - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

**9.3** - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, bem como o número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

**9.4** – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

**9.5** - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

**9.6** - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

**9.7** - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

**9.8** - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

**9.9** - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

**9.10** - A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

**10.1** - Os preços registrados "poderão" ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**10.2** - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**10.2.1** - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**10.2.2** - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**10.3** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**10.3.1** - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**10.3.2** - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**10.3.3** - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**10.4** - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

**11.1** – Nos termos da Lei 12.846/2013, *para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.*

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

**12.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da cláusula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**12.2** - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

**12.3** - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

**12.4** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**12.5** - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

**12.6** - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**12.7** - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**12.8** - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos sultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

**12.9** - Por atraso injustificado na prestação dos serviços, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

**12.10** - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea "c" do item 11.8 acima.

**12.11** - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**12.12** - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

**12.13** - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**12.14** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

**12.15** - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, usive a reabilitação perante a Administração Pública.

**12.16** - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** - As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, serão consignadas no Orçamento de 2023/2024, Órgão: Secretaria Municipal de administração, Educação, Gabinete, Obras,, Meio Ambiente, Agricultura, Saúde, Assistência social e Arrecadação sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013 "que regulamenta o Sistema de Registro de Preços" e seu Art. 7º, do Capítulo V, Parágrafo 2º.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial nº 21/2023 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

**14.2** - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I** - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

35



II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 21/2023, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 06 de Novembro de 2023

---

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

José Guedes de Souza Prefeito Municipal

---

TALITA MONTEIRO CNPJ: 07.646.667/0001-05

Nome TALITA MONTEIRO - Representante Legal

CPF Nº: 043.740.561-30 Participante desta ARP

---

Gustavo de Souza Cavalcante

Secretário Municipal de Saúde

---

Valquíria Lima Candeias

Secretária Municipal de Assistência Social

---

Ililianeis Teixeira De Paulo

Secretário Municipal de Administração

---

Secretário Municipal de Educação

---

Vanderléia Soares da Silva

Secretária Municipal de Arrecadação

---

José Reco

Secretário Municipal de Meio Ambiente

---

Gilberto Aguiar Peixoto

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

---



Secretário Municipal de Agricultura

A presente minuta de Ata de Registro de Preço foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Administração, pelo servidor \_\_\_\_\_ (assinatura) em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**RETIFICAÇÃO**

O Departamento de Licitação, através de sua Pregoeira nomeada através do Decreto nº 192/GAB/PMR de 17 de Janeiro de 2023, considerando a necessidade de retificar o valor total do item nº 01 do lote 01 publicado na Ata de registro de preços publicada no Jornal Oficial dos Municípios dia do estado de mato grosso ano XVIII, nº 4.355 publicada dia 07/11/2023 do Pregão Presencial com sistema de registro de preço de nº. 21/2023, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 513/2023, cujo Objeto: "Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível Diesel Comum, Diesel S-10, Gasolina Comum e Gasolina Aditivada para atender as Necessidades das Secretarias Municipais".

**RETIFICAR**, Considerando um erro de digitação no valor total do item 01 da empresa vencedora do lote 01 Retifico na ata registro de preços nº 31/2023 como segue:

**Onde se Lê:**

**Fornecedor: Posto de Combustível Forte LTDA CNPJ:07.646.667/0001-05**

						LOTE 01 - COTA PRINCIPAL	Valor unt	Valor total
Item	Cód. TCE	UND	Quant.	MARCA	Especificação			
01	142931-0	LTS	76.200	PETROBRAS	GASOLINA COMUM	R\$: 6,99	R\$: 535.638,00	
02	0000758	LTS	414.500	PETROBRAS	OLEO COMBUSTIVEL - DÍESEL S10	R\$: 6,89	R\$: 2.855.905,00	
03	50028-3	LTS	57.200	PETROBRAS	OLEO DÍESEL COMUM	R\$: 6,80	R\$: 388.960,00	
							R\$: 3.777.503,00	

**Leia-se:**

**Fornecedor: Posto de Combustível Forte LTDA CNPJ:07.646.667/0001-05**

						LOTE 01 - COTA PRINCIPAL	Valor unt	Valor total
Item	Cód. TCE	UND	Quant.	MARCA	Especificação			
01	142931-0	LTS	76.200	PETROBRAS	GASOLINA COMUM	R\$: 6,99	R\$: 532.638,00	
02	0000758	LTS	414.500	PETROBRAS	OLEO COMBUSTIVEL - DÍESEL S10	R\$: 6,89	R\$: 2.855.905,00	



03	50028-3	LTS	57.200	PETROBRAS	OLEO DIESEL COMUM	R\$: 6,80	R\$: 388.960,00
----	---------	-----	--------	-----------	-------------------	--------------	--------------------

**R\$:  
3.777.503,00**

As demais informações permanecem inalteradas;

Rondolândia - MT, 21 de Novembro de 2023.

---

Keila Taiane

Pregoeira





Estado do Mato Grosso  
Prefeitura Municipal de Rondolândia  
Comissão Permanente de Licitação

## MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS (MÉDIA)

VALOR DE REFERÊNCIA: Pesquisa de mercado

### 1. DO OBJETO

1.1. : 1º Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços gerada através do Processo Administrativo de nº 17/2024, Pregão Presencial de nº 21/2023

### 2. DA PESQUISA DE MERCADO

2.1. Com base nos custos para execução do objeto da contratação em tela, obtidos mediante pesquisa de mercado devidamente realizada nos termos da legislação, regulamentos e normas vigentes, relacionamos abaixo a média de preços encontrada.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
1	UNIDADE	1	GASOLINA COMUM	R\$ 6,79	R\$ 6,79
2	UNIDADE	1	DIESEL S-10	R\$ 6,69	R\$ 6,69
3	UNIDADE	1	DIESEL COMUM	R\$ 6,61	R\$ 6,61
<b>VALOR TOTAL:</b>				<b>R\$ 20,09</b>	

### 3. DO VALOR

3.1. O valor total é equivalente a **R\$ 20,09**

### 4. DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1 O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na legislação vigente, está abaixo indicado e será considerado a partir da data do Evento:

Início: Imediato

Conclusão: 12 (doze) meses

4.2 Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 130 e Art. 134, da Lei 14.133/21.

4.3 Orendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso I, alínea d, da Lei 14.133/21, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

4.4 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.





Estado do Mato Grosso  
Prefeitura Municipal de Rondolândia  
Comissão Permanente de Licitação

## MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS (MÉDIA)

### Cotações

#### 1 GASOLINA COMUM

Fornecedor	Unidade	Quantidade	Valor Unit. R\$	Total do Item R\$
07797967000195 NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	UNIDADE	1,00	6,79	6,79
15024128000162 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNIDADE	1,00	6,79	6,79
07646667000105 POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA	UNIDADE	1,00	6,80	6,80
		<b>Preço Médio:</b>	<b>6,79</b>	<b>6,79</b>

#### 2 DIESEL S-10

Fornecedor	Unidade	Quantidade	Valor Unit. R\$	Total do Item R\$
07797967000195 NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	UNIDADE	1,00	6,69	6,69
15024128000162 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNIDADE	1,00	6,70	6,70
07646667000105 POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA	UNIDADE	1,00	6,69	6,69
		<b>Preço Médio:</b>	<b>6,69</b>	<b>6,69</b>

#### 3 DIESEL COMUM

Fornecedor	Unidade	Quantidade	Valor Unit. R\$	Total do Item R\$
07797967000195 NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	UNIDADE	1,00	6,60	6,60
15024128000162 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNIDADE	1,00	6,63	6,63
07646667000105 POSTO DE COMBUSTIVEIS FORTE LTDA	UNIDADE	1,00	6,60	6,60
		<b>Preço Médio:</b>	<b>6,61</b>	<b>6,61</b>
			<b>Total Preço Médio:</b>	<b>20,09</b>





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
GESTÃO 2021/2024



**DESPACHO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP DE Nº 21/2023**

**Processo Administrativo de nº.17/2024.**

**Requisitante: POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE LTDA.**

**Objeto: 1º Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços** gerada através do Processo Administrativo de nº 17/2024, Pregão Presencial de nº 21/2023 com o objeto licitado: “**Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustível Diesel comum, Diesel S-10 e Gasolina Comum para atender as necessidades das Secretarias Municipais.**”

O Departamento de Licitação:

- Considerando a solicitação de Reajustamento de Preços, ou seja, “o Reequilíbrio Econômico Financeiro” por parte da empresa: **POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE LTDA CNPJ: 07.646.667/0001-05**, detentora da Ata de Registro de Preços oriunda do procedimento licitatório processado e concluído nos autos do processo administrativo de nº 513/2023, sendo na Modalidade de Licitação “Pregão Presencial com o Sistema de Registro de Preço de nº 21/2023”;

- Considerando os preços ora registrados e constantes na Ata de Registro de Preços que fora assinada pela contratada e contratante e devidamente publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, sendo:

Item	UND	Descrição	Vlr Unt.
01	LT	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM	R\$ 6,99
02	LT	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10	R\$ 6,89
03	LT	OLEO COMBUSTIVEL – DIESEL COMUM	R\$ 6,80

Considerando as Pesquisas efetuadas conforme Relatório de Cotações gerada pelo sistema **Banco de Preços**, bem como, Síntese dos Preços Praticados de vários municípios de Mato Grosso com base nas informações obtidas pesquisas em vários municípios no site TCE-MT e sistema RADAR-TCE-MT, onde geramos uma mediana de preços sendo:

Item	UND	Descrição	Vlr Unt.
01	LT	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM	R\$ 6,79
02	LT	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10	R\$ 6,69
03	LT	OLEO COMBUSTIVEL – DIESEL COMUM	R\$ 6,61





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
GESTÃO 2021/2024



- Considerando que a solicitação da empresa: **POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE** é de alteração para:

Item	UND	Descrição	Vlr Unt.
01	LT	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM	R\$ 6,80
02	LT	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10	R\$ 6,69
03	LT	OLEO COMBUSTIVEL – DIESEL COMUM	R\$ 6,60

Que no caso em questão corresponde a um *Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços*;

- Considerando também o constante no Art. 16 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal” e o constante na alínea “d” do inciso II do Art. 65 da Lei Federal 8.666/93, cito:

- Art. 16 Decreto Municipal nº 1067/2015:

*“Art. 16. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados...”*

- Alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/1993:

*“d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, **objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial** do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado...”*

- Considerando principalmente o Item 19 da Minuta do Edital e Item 10 da Ata de Registro de Preços, ambos, prevê no sentido de que os preços registrados “poderão” ser revistos, nesse caso, amparado não só pela Minuta do Edital que é lei para com o procedimento licitatório em questão, como também, amparado pelas legislações vigentes que regem os procedimentos licitatórios.

Entendemos que não restam dúvidas que as disposições legais acima transcritas tratam das hipóteses nas quais poderá a Administração Pública proceder com a revisão dos valores contratados, seja para mais, seja para menos, desde que configuradas as justificativas legalmente reguladas.







ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
GESTÃO 2021/2024



A revisão tem como fim manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e este equilíbrio pode ser tanto para majorar o valor contratado, como para REDUZIR o valor contratado.

Não obstante, as disposições da alínea “d” do inciso II do Art. 65 da Lei Federal 8.666/93, mencione sobre a hipótese de reequilibrar o Contrato Administrativo, inexistindo a menção em relação à Ata de Registro de Preço e por entendermos que Ata de registro de preços e termo de contrato, tratam, de documentos com naturezas e finalidades distintas, razão pela qual um não substitui e não deve se confundir com o outro. No entanto, se tratando de Ata de Registro de Preços, o art. 17 do Decreto Federal de nº. 7.892/2013 concomitantemente com o Art. 16 Decreto Municipal nº 1067/2015 “mencionam que os preços poderão ser revistos”. Decretos estes que regulamenta o **Sistema de Registro de Preços** “em âmbito Federal e Municipal”, logo, haverá a Ata de Registro de Preço, sendo esta, o compromisso celebrado entre o particular e a Administração Pública, com prazo determinado, podendo ser de no máximo 12 (doze) meses e mesmo que esta não enseja a garantia de que o objeto e o quantitativo registrado será efetivamente contratado, a Ata de Registro de Preço a nosso entendimento é o pacto firmado entre contratada e contratante, possuindo em suas cláusulas todas as condições de tal contratação.

Noutro norte, ainda que a solicitação da requerente mencione “Redução de Preço” e que o reajuste de preço normalmente só deve ser conferido após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta comercial o que, ao menos em tese, manteria para o particular as mesmas condições financeiras existentes na data da elaboração de sua oferta, não estaríamos aqui de fato tratando da hipótese do Reajuste de preço em decorrência da simples alteração dos mesmos e sim do Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preço, neste caso, em nada se relaciona com a Redução do Preço Contratado.

Diante de tais fundamentos “em conformidade com o exposto acima” e por entendermos que no caso em tela há possibilidade da Administração Pública proceder com o **Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços**, adotando como fundamento a analogia entre tal pretensão e o instituto em questão aplicável ao Contrato Administrativo, mas, também, por ser a Ata de Registro de Preço um instrumento bilateral, pois, há a necessidade de alteração dos preços para que haja o equilíbrio econômico financeiro pactuado quando da conclusão do procedimento licitatório em epígrafe e da assinatura da Ata de registro de Preços e, por conseguinte haja a possibilidade da continuidade da execução do objeto ora licitado por ambas as partes “Contratada e Contratante”, uma vez que, estamos presenciando uma oscilação constante dos preços dos combustíveis. Oscilação esta, devido os anúncios de alteração dos preços efetuados pela Petrobrás, que consequentemente, altera os preços praticados no mercado e que a empresa: **POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE**, encaminhou documentos “NFs de compra dos produtos” que comprova a alteração nos valores.





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
GESTÃO 2021/2024



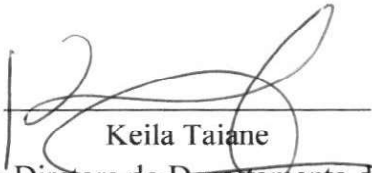
Encaminhar os autos à Procuradoria para análise e manifestação quanto ao fato em questão pleiteado pela empresa **POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE**. Manifestação esta que com certeza será mais aprofundada e fundamentada com embasamento jurídico na interpretação da legislação vigente, como também, pesquisas referente a decisões judiciais e ou julgados com jurisprudência em relação ao fato em questão, pois, em que pese o nosso entendimento enquanto Departamento de Licitação para com o *Reequilíbrio Econômico Financeiro ora pleiteado* seria forçoso concluir que estaríamos corretos em nosso entendimento sem que antes os autos fossem remetidos para análise e parecer por esta Procuradoria. Até porque consta na Minuta do Edital e seus anexos que o gerenciamento da Ata cabe à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

Assim sendo, os autos serão encaminhados à Procuradoria para análise e parecer, a qual consequentemente nos trará informações, bem como, apontamentos e ou interpretação dos ditames das legislações pertinentes, para que conjuntamente possamos “Departamento de Licitação e Procuradoria” tomar de fato uma decisão final pautada em pareceres jurídicos para uma decisão acertada quanto aos valores solicitados na tabela abaixo:

Solicitação da empresa: **POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE** é de alteração para:

Item	UND	Descrição	Vlr Unt.
01	LT	COMBUSTÍVEL GASOLINA COMUM	R\$ 6,80
02	LT	OLEO COMBUSTIVEL - DIESEL, S-10	R\$ 6,69
03	LT	OLEO COMBUSTIVEL – DIESEL COMUM	R\$ 6,60

Rondolândia – MT, 17 de Janeiro de 2024.

  
Keila Taiane  
Pregoeira e Diretora do Departamento de Licitação





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO  
GESTÃO 2017/2020



COMUNICADO INTERNO

Do: Departamento de Licitação

Para: Procuradoria

**PREGÃO PRESENCIAL SRP DE N° 21/2023**

**Processo Administrativo de n° 17/2024.**

**Requisitante: POSTO DE COMBUSTÍVEL FORTE LTDA.**

**Objeto: 1º Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preços** gerada através do Processo Administrativo de n° 17/2024, Pregão Presencial de n° 21/2023 com o objeto licitado: “**Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustível Diesel comum, Diesel S-10 e Gasolina Comum para atender as necessidades das Secretarias Municipais.**”

O Departamento de Licitação:

- Considerando a solicitação de “Reequilíbrio Econômico Financeiro” efetuado pela empresa: **Posto de Combustível Forte LTDA-ME, CNPJ: 07.646.667/0001-05**, juntado aos autos;

- Considerando a Ata de Registro de Preços de n° 21/2023 devidamente publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, juntada aos autos;


- Considerando as Pesquisas efetuadas conforme Relatório de Cotações gerada pelo sistema **Banco de Preços**, e sistema RADAR-TCE-MT juntado aos autos a qual foi aferido o valor mediano atualmente praticado no mercado;

- Considerando também o conteúdo do Despacho do Departamento de Licitação, a qual aborda sobre o “Reequilíbrio Econômico Financeiro” pleiteado pela empresa: Posto de Combustível Forte LTDA-ME e juntado aos autos;

Encaminhamos os autos a esta Procuradoria para análise e manifestação quanto ao assunto abordado até aqui, se procede e ou não o “Reequilíbrio Econômico Financeiro” pleiteado pela empresa: Posto de Combustível Forte LTDA;

Manifestação esta que com certeza será mais aprofundada e fundamentada com embasamento jurídico na interpretação da legislação vigente, como também, pesquisas referentes a decisões judiciais e ou julgados com jurisprudência em relação ao fato em questão, bem como, “caso haja” possa inserir em tal manifestação apontamentos e ou recomendações ao Departamento de Licitação quanto ao exposto.

Rondolândia – MT, 17 de Janeiro de 2024.

  
Keila Taiane

Pregoeira e Diretora do Departamento de Licitação

